



ISSN: 2447-5580

A EVOLUÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: HISTÓRICO, POLÍTICAS E AVALIAÇÃO

EVOLUTION OF POST-GRADUATION IN BRAZIL: HISTORY, POLICIES AND EVALUATION

¹ Lorena Neves Nobre; ² Rodrigo Randow de Freitas

- 1 Mestranda em Gestão Pública UFES, 2017. Universidade Federal do Espírito Santo - CEUNES. São Mateus, ES. estudantenobre@gmail.com
- 2 Doutor em Aquicultura. FURG, 2011. Professor adjunto do Departamento de Engenharia e Tecnologia da UFES. São Mateus, ES. digorandow@gmail.com

Recebido em: 01/08/2017 - Aprovado em: 09/08/2017 - Disponibilizado em: 30/08/2017

RESUMO: Este artigo busca descrever a história da pós-graduação brasileira, desde a criação do estatuto da universidade até os dias atuais e o processo de avaliação dos cursos de mestrado e doutorado. Na descrição dos modelos deste nível de ensino, serão abordados os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG), desde o primeiro plano, implementado em 1975, até o último e atual, o PNPG 2011-2020. Além disso, será destacado o papel da Coordenação de Pessoal de nível superior (CAPES), agência do Ministério da Educação e do Conselho nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na evolução quantitativa e qualitativa da pós-graduação brasileira. Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa exploratória e quanto ao delineamento, uma pesquisa bibliográfica, cujo as principais fontes de pesquisa são documentos em meio eletrônico obtidos nos sítios da Capes e CNPq.

PALAVRAS-CHAVE: Pós-graduação. Avaliação da pós-graduação. Políticas de pós-graduação.

ABSTRACT: This article tries to describe the history of the Brazilian postgraduate course, from the creation of the university statute to the present day and the evaluation process of the masters and doctorate courses. In the description of the models of this level of education, the National Postgraduate Plans (PNPG) will be approached from the first plan, implemented in 1975, until the last and current PNPG 2011-2020. In addition, the role of the Coordination of Higher Education Personnel (CAPES), an agency of the Ministry of Education and the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq), will be highlighted in the quantitative and qualitative evolution of Brazilian postgraduate studies. As for the general objectives, it is an exploratory research and as for the design, a bibliographical research, whose main sources of research are electronic documents obtained in the sites of Capes and CNPq.

KEYWORDS: Post-graduation. Evaluation of post-graduation. Post-graduation policies.

1. INTRODUÇÃO

Os cinco Planos Nacionais de Pós-graduação totalizam cinco etapas na história da educação superior brasileira: 1 – a capacitação dos docentes da universidade; 2 – a preocupação com o desempenho e a qualidade; 3 – a integração da pesquisa feita na universidade com o setor produtivo, visando o desenvolvimento nacional; 4 - a flexibilização do modelo de pós-graduação, o aperfeiçoamento do sistema de avaliação e a ênfase na internacionalização; 5 – a introdução do princípio da indução estratégica, o combate às assimetrias e o impacto das atividades de pós-graduação no setor produtivo e na sociedade (BRASIL a, s.d.).

O país entrou no século XXI como uma nova potência emergente, com a perspectiva de tornar-se a quinta economia do planeta no decênio 2011-2020, o que gerou expectativas de mudanças profundas na economia e impactos em diferentes setores da sociedade, inclusive no sistema educacional, aí incluído o ensino superior (BRASIL a, 2010, p.16).

A pós-graduação *strictu sensu* é uma etapa da educação formal e está diretamente ligada aos demais níveis de ensino, uma vez que seus alunos são oriundos das etapas de ensino anteriores. Em 40 anos, a pós-graduação brasileira passou de 699 cursos em 1976, para cerca de 6131 em 2016, um crescimento de mais de 800% (BRASIL h, s.d.).

O sistema de avaliação da pós-graduação no Brasil foi implantado em 1976, sob a responsabilidade da Capes e representa um instrumento fundamental do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Nas duas primeiras décadas, o sistema de avaliação era baseado na escala conceitual alfabética de “A” a “E”, sendo os cursos “A” considerados de padrão internacional.

A partir de 1997, passou a vigorar um sistema de avaliação baseado na escala numérica de 1 a 7, sendo considerados de padrão internacional os cursos com notas 6 e 7. Este tipo de avaliação já dura 20 anos. Avaliar é uma atividade complexa e é evidente que o sistema nacional de pós-graduação conta com grande diversidade de cursos de mestrado e doutorado. Seria este processo de avaliação, conduzido pela Capes e comunidade acadêmica considerado justo para todos os Programas?

Segundo Vogel (2015), as diretrizes propostas pela Capes não são isentas de críticas. Entender estas diretrizes e metas da Capes e as críticas da comunidade científica parece ser importante para aprimorar o processo de avaliação.

Este artigo tem por objetivo relatar a história da pós-graduação brasileira, desde a criação do estatuto da universidade até os dias atuais e descrever o processo de avaliação dos cursos de mestrado e doutorado. Para tanto, foi dividido em duas partes: o capítulo dois, que trata das políticas de pós-graduação no Brasil, inclusive com a criação do Capes e sua evolução, de “campanha” para coordenação; e o capítulo três que descreve a evolução dos procedimentos de avaliação da pós-graduação brasileira.

2. O PAPEL DA CAPES NAS POLÍTICAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA NO BRASIL

A estruturação do sistema universitário brasileiro, por meio do Estatuto das Universidades brasileiras, em 1931, implicou na universidade como referência para a expansão do sistema, enfatizando a figura do professor catedrático. Surge assim a primeira organização didática capaz de permitir a existência de uma relação de tutoria ou orientação acadêmica entre docente e discente, para a conclusão de um curso denominado de pós-graduação. Naquela época, as

universidades conseguiram atrair um número razoável de professores estrangeiros, algo necessário naquele momento em que o Brasil ainda não contava com um quadro de pessoal qualificado. Alguns vieram em missões acadêmicas que contavam com a colaboração dos governos europeus, e outros, como asilados, fugindo da turbulência europeia nos anos que precederam a Segunda Guerra Mundial (OLIVEIRA *et al.*, 2010, p. 18).

No contexto do processo de industrialização e de modernização do país, entre os anos de 1930 e 1960, ocorreu uma expansão de universidades públicas mais voltadas para a pesquisa, tais como a Universidade de São Paulo, em 1934, e a Universidade de Brasília, em 1961, contribuindo para o surgimento dos primeiros cursos de mestrado e doutorado no país (OLIVEIRA *et al.*, 2010, p. 19).

A organização da universidade em cátedras vigorou no país por mais de trinta anos e se distingue do modelo departamental adotado no Brasil a partir da reforma de 1968. Neste último modelo, de inspiração americana, um colegiado de professores da mesma especialidade, é responsável pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas àquela especialidade. No sistema de cátedra, de origem europeia, essas responsabilidades ficavam nas mãos de um único professor, que respondia pelas atividades ligadas à sua disciplina com o auxílio de assistentes por ele nomeados (BALBACHEVSKY, 2009, p. 277).

A Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual Capes) foi criada em 11 de julho de 1951, pelo Decreto nº 29.741, com o objetivo de "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país".

Em 1953, foi implantado o Programa Universitário, principal linha da Capes junto às universidades e institutos de ensino superior. Foram contratados professores visitantes estrangeiros, e estimuladas atividades de intercâmbio e cooperação entre instituições, além da concessão de bolsas de estudos e apoios a eventos de natureza científica. Naquele ano foram concedidas 79 bolsas: 2 para formação no país, 23 de aperfeiçoamento no país e 54 no exterior. No ano seguinte, em 1954, foram concedidas 155 bolsas: 32 para formação, 51 de aperfeiçoamento e 72 no exterior (BRASIL b, s.d.).

No entanto, o primeiro grande impulso da pós-graduação ocorreu nos anos 1960, sobretudo a partir da regulamentação deste nível de ensino por meio do Parecer nº 977 de 3 de dezembro de 1965, do Conselho Federal de Educação (CFE), conhecido como *Parecer Sucupira*. Este modelo foi inspirado no praticado nos Estados Unidos (EUA) e estruturou dois níveis de formação: o mestrado e o doutorado, com certa continuidade entre os dois. É importante ressaltar que, embora a legislação brasileira não exija o título de mestrado para participar de seleção para o curso de doutorado, os editais de seleção destes cursos podem exigir o título de mestrado.

A partir de 1961, a Capes passou a ser subordinada diretamente à Presidência da República. Com a ascensão militar em 1964, uma nova diretoria assumiu a Campanha, que voltou a ser subordinada ao Ministério da Educação e Cultura. O ano de 1965 foi de grande importância para a pós-graduação: 27 cursos foram classificados no nível de mestrado e 11 no de doutorado, totalizando 38 cursos no país. A partir de 1966, o governo começou a apresentar planos de desenvolvimento, notadamente o Programa Estratégico de Governo e o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974). A reforma universitária de 1968 (Lei nº5.540/68) também estruturou e

institucionalizou tanto a pós-graduação, como a pesquisa acadêmica.

Em julho de 1974, a estrutura da Capes foi alterada pelo Decreto nº 74.299 e, em seu estatuto passou a ser denominada "órgão central superior, gozando de autonomia administrativa e financeira". O novo Regimento Interno incentivou a colaboração com a direção do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) na política nacional de pós-graduação, a promoção de atividades de capacitação de pessoal de nível superior, a gestão da aplicação dos recursos financeiros, orçamentários e de outras fontes nacionais e estrangeiras, a análise e compatibilidade das normas e critérios do Conselho Nacional de Pós-Graduação.

A Capes foi reconhecida como órgão responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em 1981, pelo Decreto nº 86.791 e também como Agência Executiva do Ministério da Educação e Cultura junto ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, cabendo-lhe elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior. Desde 1960, a Capes tem criado Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) com o objetivo definir novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para a política de pós-graduação e pesquisa no Brasil.

O primeiro PNPG (1975-1979) partiu da constatação de que o processo de expansão da pós-graduação havia sido até então parcialmente espontâneo, desordenado e pressionado por motivos conjunturais. Naquele contexto de regime militar, essa expansão deveria tornar-se objeto de planejamento do Estado, que considerava a pós-graduação como subsistema do sistema planejamento estatal, e este, por sua vez, do sistema educacional. Foram identificadas demandas das universidades e instituições de pesquisa no sentido de, em primeiro lugar, formar

pesquisadores, docentes e profissionais em volume e diversificação, e, em segundo lugar, encaminhar e executar projetos de pesquisa, assessorando o sistema produtivo e o setor público (OLIVEIRA, FONSECA, 2010, p. 20).

O primeiro PNPG definiu que caberia ao Ministério da Educação (MEC) o atendimento da primeira demanda, pois a responsabilidade no atendimento da segunda seria compartilhada com outros órgãos governamentais. Em função desse diagnóstico, as principais diretrizes foram: 1 - institucionalizar o sistema nacional de pós-graduação, consolidando-o como atividade regular no âmbito das universidades, com financiamento estável; 2 - elevar os padrões de desempenho e racionalizar a utilização de recursos; 3 - planejar a expansão do SNPG, tendo em vista uma estrutura mais equilibrada entre áreas e regiões (BRASIL a, 2010, p.25).

Para execução destas metas, foram propostos três programas: um para concessão de bolsas para alunos de tempo integral; outro para extensão do Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD); e um programa para admissão de docentes, de forma regular e programada, pelas instituições universitárias. Além da capacitação de docentes e da integração da pós-graduação, observou-se também, no primeiro PNPG, a importância dada às ciências básicas e à necessidade de se evitar disparidades regionais (BRASIL a, 2010, p. 26).

Quanto ao segundo PNPG (1982-1985), o objetivo central continuou a ser a formação de recursos humanos qualificados para as atividades docentes, de pesquisa e técnicas visando ao atendimento dos setores público e privado. No entanto, a ênfase de suas diretrizes recaiu na qualidade do ensino superior, mais especificamente na da pós-graduação, se necessária, buscando a institucionalização e o aperfeiçoamento da avaliação, que já existia desde

1976 com a participação da comunidade científica (BRASIL a, 2010, p. 26).

Na direção da melhoria do desempenho do SNPG, foram estabelecidos três objetivos básicos: melhoria da qualidade por meio do acompanhamento e avaliação; adequação do sistema às necessidades reais e futuras do país, seja para a produção científica e tecnológica, seja para o aumento da capacidade produtiva e tecnológica; convergência de esforços para a “coordenação entre as diferentes instâncias governamentais que atuam na pós-graduação” (OLIVEIRA *et al.*, 2010, p. 21).

O terceiro PNPG (1986-1989), elaborado no mesmo período do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República, expressava uma tendência vigente àquela época: a conquista da autonomia nacional. No que se refere à pós-graduação, essa ideia se expressava no fato que não havia um quantitativo de cientistas suficiente para se atingir plena capacitação científica e tecnológica no país, tornando importante, portanto, o progresso da formação de recursos humanos de alto nível, já que a sociedade e o governo buscavam a independência econômica, científica e tecnológica para o Brasil no século XXI. Dentro dessa perspectiva, a ênfase principal desse plano estava no desenvolvimento da pesquisa pela universidade e na integração da pós-graduação ao sistema de ciência e tecnologia (BRASIL a, 2010, p. 26).

Os objetivos do terceiro PNPG foram: a consolidação e a melhoria do desempenho dos cursos de mestrado e doutorado; a institucionalização da pesquisa nas universidades para assegurar o funcionamento da pós-graduação e; a integração com o setor produtivo. A pesquisa aparece de modo indissociável da pós-graduação e da ciência e tecnologia, na direção de consolidar os cursos e institucionalizar a pesquisa na universidade. É importante destacar que tanto a Lei

nº5540/68, que instituiu a reforma universitária, como a Constituição Federal de 1988, estabeleceram o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades. (OLIVEIRA *et al.*, 2010, p. 21).

A Lei nº 8.405, de 09 de janeiro de 1992, autorizou o poder público a instituir a Capes como Fundação Pública, o que conferiu novo vigor à instituição. Com a nova mudança de governo, em 1995, a fundação passou por uma reestruturação, fortalecida como instituição responsável pelo acompanhamento e avaliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros. Naquele ano, o sistema de pós-graduação ultrapassou a marca dos mil cursos de mestrado e dos 600 de doutorado, envolvendo mais de 60 mil alunos (BRASIL b, s.d.).

Em 1996, a Diretoria-Executiva da Capes, ciente da necessidade de se construir um novo Plano Nacional de Pós-Graduação, constituiu uma comissão executiva para organizar um Seminário Nacional que serviria como marco inicial da construção do quarto PNPG. Ao final do mesmo ano, ocorreu um seminário nacional para discussão da pós-graduação brasileira, que foi aberto pelo então Ministro da Educação e pelo Presidente da Capes e contou com a presença de pró-reitores, representantes da comunidade acadêmica e da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), além de representantes de órgãos públicos e de agências de fomento. No entanto, uma série de circunstâncias envolvendo restrições orçamentárias e falta de articulação entre as agências de fomento nacionais, impediu que o Documento Final, construído a partir do referido seminário, se concretizasse no quarto PNPG. Apesar disso, diversas recomendações que subsidiaram as discussões foram implantadas pela Diretoria da Capes a partir daquele ano, tais como: expansão do SNPG, diversificação do modelo de pós-graduação, mudanças no processo de

avaliação e inserção internacional dos cursos de pós-graduação (BRASIL a, 2010, p. 28).

O PNPG 2005-2010, caracterizou-se pela introdução do princípio de indução estratégica nas atividades de pós-graduação em associação com as fundações estaduais e os fundos setoriais, o aprimoramento do processo de avaliação qualitativa da pós-graduação, a preocupação com a solidariedade entre os cursos e seu impacto social, a expansão da cooperação internacional, o combate às assimetrias, a formação de recursos humanos para a inovação tecnológica no mundo globalizado e competitivo, e a ênfase na formação de docentes para todos os níveis de ensino, bem como de quadros técnicos via mestrado profissional para os setores público e privado (OLIVEIRA *et al.*, 2010, p.22).

O país entrou no século XXI como uma nova potência emergente, com a perspectiva de tornar-se a quinta economia do planeta na próxima década. Neste contexto, o PNPG 2011-2020 foi elaborado para promover a integração do ensino de pós-graduação com o setor empresarial e a sociedade, além de propor a organização de uma agenda nacional de pesquisa em torno de temas relevantes no cenário nacional, superação de assimetrias e a formação de recursos humanos para empresas e programas nacionais (BRASIL a, 2010, P. 18). Embora reconheça que a pesquisa é a essência da pós-graduação, há forte preocupação com a formação de professores para o ensino médio e básico neste Plano.

A internacionalização também recebe destaque no PNPG 2011-2020, que estimula ações como: expansão da quantidade de alunos estrangeiros nas universidades brasileiras, apoio aos estágios de pós-graduação no exterior (doutorados sanduíches), incentivo à maior participação dos pesquisadores brasileiros em congressos e eventos internacionais,

bem como a realização de doutorado completo no exterior (BRASIL a, 2010, p.22).

Nesse sentido, cabe destacar a importância do SNPG, comandado pela CAPES com a parceria do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e outras agências de fomento. O CNPq é uma agência do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros. Criada em 1951, a agência desempenha papel primordial na formulação e condução das políticas de ciência, tecnologia e inovação. Sua atuação contribui para o desenvolvimento nacional e o reconhecimento das instituições de pesquisa e pesquisadores brasileiros pela comunidade científica internacional (BRASIL f, s.d.).

Como estratégia para a formulação de políticas do Ministério de Ciência e Tecnologia e de outros órgãos governamentais, o CNPq elaborou a Plataforma Lattes, um banco de dados para integrar em um único sistema as bases de dados de currículo, de grupos e de instituições de pesquisas. Criado em 1999 pelo CNPq, o Currículo Lattes é um componente da Plataforma Lattes e tornou-se o padrão nacional de registro das atividades acadêmicas e profissionais realizadas pelos estudantes e pesquisadores do país. Atualmente, o currículo lattes é adotado pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa para avaliação de pesquisadores, professores e alunos. Ter este currículo atualizado na plataforma é um dos critérios para a obtenção de bolsas e auxílios pelos estudantes de pós-graduação.

Atualmente a Capes desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação (BRASIL b, s.d.). Suas atividades estão

agrupadas nas seguintes linhas de ação: avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; acesso e divulgação da produção científica; investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior; promoção da cooperação científica internacional e; indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância.

Os indicadores da pós-graduação evidenciam um crescimento acelerado, sobretudo a partir do final dos anos 1990 (tabela 1).

Ano	Doutorado	Mestrado Profissional	Mestrado	Total Geral
1976	181	0	518	699
1980	260	0	680	940
1985	332	0	784	1116
1990	469	0	993	1462
1995	682	0	1289	1971
2000	903	98	1620	2621
2005	1099	202	1923	3224
2010	1630	356	2771	4757
2016	2030	703	3398	6131

Tabela 01: Crescimento dos cursos de pós-graduação. Fonte: Capes. Geocapes, 2016.

Essa expansão se deve em grande parte às políticas de pós-graduação e pesquisa, por meio das agências da área (Capes, CNPq, Fundação de Amparo à pesquisa dos estados, etc.) e das universidades, principalmente as públicas, que atuam fortemente na criação de programas de pós-graduação e na efetivação do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

3. EVOLUÇÃO DA AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU* BRASILEIRA

O sistema de avaliação da pós-graduação no Brasil foi implantado em 1976, sob a responsabilidade da Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Nessa época, o país já contava com cursos de mestrado e doutorado que vinham sendo desenvolvidos desde os anos 1960. A pós-graduação regulamentada pelo Parecer CFE n. 977 de 3 de dezembro de 1965, do Conselho Federal de Educação, visava à formação de professores universitários, o desenvolvimento da pesquisa científica e o treinamento eficaz de técnicos e intelectuais de alto nível para tender o setor público e privado (OLIVEIRA; FONSECA, 2010, p. 10).

Com a reforma de 1968, a pós-graduação se tornou uma atividade semiautônoma ligada aos departamentos recém-organizados. No novo formato, a relação tutorial entre o estudante e seu orientador se preservou e este modelo dominante exigiu do candidato a conclusão de número mínimo de disciplinas especializadas, sua qualificação junto a uma banca de professores e a defesa pública de uma tese diante de uma banca formada pela presença de, no mínimo, um professor externo ao departamento, no caso de mestrado, e dois, no caso de doutorado (BALBACHEVSKY, 2009, p. 278).

O sistema de avaliação da CAPES possui três eixos característicos: 1 - a avaliação é feita por pares, oriundos das diferentes áreas do conhecimento e reconhecidos por sua reputação intelectual; 2 - tem natureza meritocrática, levando à classificação dos e nos campos disciplinares; 3 - associa reconhecimento e fomento, definindo políticas e estabelecendo critérios para o financiamento dos programas” (BRASIL a, 2010, p. 125).

Iniciada em 1976, a avaliação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrados e doutorados) é o instrumento fundamental do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Os resultados da avaliação têm

usos diversos: estudantes se baseiam nas notas para escolher seus futuros cursos, e agências de fomento nacionais e internacionais orientam suas políticas de fomento segundo as notas atribuídas pela avaliação. Os estudos e indicadores produzidos pela avaliação podem induzir políticas governamentais de apoio e crescimento da pós-graduação e estabelecer uma agenda para diminuir desigualdades entre regiões do Brasil ou no âmbito das áreas do conhecimento.

Nas últimas décadas, dois sistemas de avaliação foram criados. No período de 1976-1997, vigorava na classificação a escala conceitual de A a E, sendo considerados cursos de padrão internacional aqueles contemplados com o conceito "A".

A partir de 1997, passou a vigorar a classificação com escala numérica de 1 a 7, em que os cursos recebiam nota de acordo com o desempenho acadêmico no triênio: notas 1 e 2 são consideradas insuficientes e provocam o descredenciamento do curso; nota 3 corresponde a desempenho médio, que apresenta padrões mínimos de qualidade; notas 4 e 5 significam um desempenho entre bom e muito bom, sendo 5 a nota máxima para programas que possuem apenas curso de mestrado. Os cursos de padrão internacional seriam aqueles classificados com conceitos 6 e 7, com os cursos nota 7 ocupando o topo do sistema (BRASIL c, s.d.).

O atual Sistema de Avaliação desenvolvido pela Capes pode ser dividido em dois processos distintos (Figura 1) que se referem à entrada e permanência dos cursos de mestrado profissional (MP), mestrado acadêmico (ME) e doutorado (DO) no SNPG:

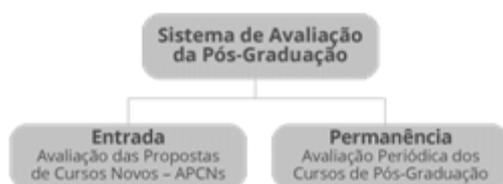


Figura 1 - Sistema de avaliação da pós-graduação

Fonte: BRASIL, 2010, P.

Ambos os processos são conduzidos com base nos mesmos fundamentos: reconhecimento e confiabilidade fundados na qualidade assegurada pela análise dos pares; critérios debatidos e atualizados pela comunidade acadêmico-científica a cada período avaliativo e; transparência firmada na ampla divulgação das decisões, ações e resultados, no portal da Capes e nas páginas das áreas de avaliação (BRASIL c, s.d.).

A avaliação de propostas de cursos novos faz parte do rito estabelecido para a admissão de novos programas e cursos ao SNPG. Ao avaliar cursos novos, a Capes verifica se as propostas atendem ao padrão de qualidade requerido desse nível de formação e encaminha os resultados desse processo, que irá fundamentar a deliberação do CNE/MEC sobre o reconhecimento do curso e sua incorporação ao sistema. Já na avaliação de permanência, são realizados o acompanhamento anual e a avaliação periódica do desempenho de todos os programas e cursos integrantes do SNPG.

Período coberto			Ano de Publicação
1976			1977
1977			1978
1978			1979
1979			1980
1980			1981
1981			1982
1982			1983
1983			1984
1984	1985		1986
1986	1987		1988
1988	1989		1990
1990	1991		1992
1992	1993		1994
1994	1995		1996
1996	1997		1998
1998	1999	2000	2001
2001	2002	2003	2004
2004	2005	2006	2007
2007	2008	2009	2010
2010	2011	2012	2013
2013	2014	2015	2016
			2017

Tabela 2: sequência histórica de avaliações da Capes

Fonte: adaptado de VOGEL, 2015. p. 64

Esse processo é concluído na avaliação quadrienal, sendo o ano de sua realização estabelecido pela sequência histórica do processo de avaliação da Capes, ilustrada na tabela 2. O acompanhamento anual possibilita a identificação de possíveis desvios de performance nos cursos avaliados, propiciando assim sua correção durante o processo. É importante destacar que neste acompanhamento não são atribuídos conceitos aos programas, mas são emitidos pareceres com observações consideradas pertinentes pelo Comitê da área.

Esta avaliação representa parte do processo de permanência, e é realizada em 49 áreas de avaliação (número vigente em 2017), seguindo sistemática e conjunto de quesitos básicos estabelecidos no Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES).

Para realização da avaliação, são designados coordenadores para cada área, que, a cada período de avaliação, terão o papel de coordenar, planejar e executar as atividades das respectivas áreas junto à Capes, incluindo aquelas relativas aos programas de pós-graduação. Estes consultores são acadêmicos com reconhecida experiência em ensino e orientação de pós-graduação, pesquisa e inovação. Dezoito dos vinte e quatro membros do Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES) são coordenadores de área indicados por seus pares, seis por cada um dos três Colégios (1 - Humanidades; 2 - Ciências da Vida; 3 - Ciências Exatas e da Terra e Multidisciplinar) para deliberar em última instância sobre propostas de cursos novos e notas atribuídas na avaliação periódica dos programas de pós-graduação.

Os Coordenadores de área são escolhidos com base em listas tríplexes elaboradas pelo Conselho Superior. Estas listas são definidas a partir da relação de nomes advindos de ampla consulta feita aos cursos ou programas e às associações e sociedades científicas de pós-graduação. Cada área de avaliação possui um coordenador, um coordenador adjunto e um coordenador adjunto de Mestrado Profissional (MP), sendo essa última função instituída por meio da Resolução nº 003/2012, aprovada pelo Conselho Superior da Capes.

Os resultados da avaliação de cada Programa são apresentados no formato de “ficha de avaliação”, definida pelo CTC-ES, em que constam os critérios avaliados, a saber: proposta do programa, corpo docente, corpo discente, produção intelectual, inserção social e inserção internacional.

A “proposta do programa” é um critério que avalia o alinhamento entre o curso e suas linhas de pesquisa, bem como a infraestrutura disponível para o corpo docente e discente. Trata-se de um item obrigatório

que, em teoria, contextualiza a avaliação como um todo. Possui peso 0%.

O “corpo docente” trata-se de um critério utilizado para avaliar a composição, diversidade educacional e experiência dos docentes. Apesar de requerer indicadores quantitativos e qualitativos, este item é avaliado essencialmente por parâmetros quantitativos. O peso deste item na avaliação varia de 15 a 20%, de acordo com a área avaliada. O item “corpo discente, teses e dissertações” avalia o fluxo de entrada e saída de alunos e os produtos de pesquisa gerados pelos mesmos. É um item discutível já que não avalia a qualidade das dissertações e teses em termos de indicadores confiáveis. O critério “produção intelectual” avalia o número de publicações como artigos, livros, projetos de pesquisa, produção técnica e artística. O critério dominante é o da publicação em revistas com alto fator de impacto (consagrada internacionalmente).

Um critério de suma importância é o da ‘inserção social”, que mede os impactos dos programas de pós-graduação em relação às demandas sociais em seu entorno. Por fim, o critério de “inserção internacional”, só é avaliado em programas com notas 6 ou 7. Mede a mobilidade de docentes e estudantes, publicações internacionais, reputação internacional entre outros, utilizando abordagens quantitativas e qualitativas. Os rankings internacionais de universidades são cada vez mais usados, porém é necessário considerar os objetivos e métodos de elaboração desses *rankings* para poder usá-los adequadamente (VOGEL & KOBASHI, 2015).

Os resultados da avaliação periódica de programas de pós-graduação são expressos em notas, numa escala de 1 a 7, que são atribuídas aos mestrados e doutorados após análise dos indicadores referentes ao período avaliado. Esta análise é conduzida nas comissões de área de avaliação e, posteriormente, no

CTC-ES, que homologa os resultados finais. São estes resultados que fundamentam a deliberação do Conselho Nacional de Educação - CNE/MEC sobre quais cursos obterão a renovação de reconhecimento para a continuidade de funcionamento no período subsequente.

Em levantamento desenvolvido entre 2013 e 2014, verificou-se que 70% das críticas da comunidade acadêmica relacionam-se à avaliação da produção intelectual (VOGEL, 2015). Para se obter uma avaliação justa nos programas, é necessário criar critérios adequados aplicáveis a diferentes áreas científicas, e expressos em indicadores qualitativos. De fato, muitos aspectos da avaliação dos seis itens mencionados anteriormente têm sido deixados em segundo plano devido à dificuldade de criar indicadores confiáveis.

Nos últimos anos, foram introduzidos na avaliação parâmetros como nucleação e solidariedade, marca de um governo preocupado com o social. Destaca-se ainda a introdução do ranking *Qualis* para as revistas acadêmicas, com nível de confiabilidade e grau de impacto diversos, variando segundo as áreas do conhecimento, com mais lastro nas ciências naturais e certas áreas tecnológicas, e menos lastro nas ciências humanas e sociais (BRASIL, 2010, p. 126).

O *Qualis*-periódicos é um sistema usado para classificar a produção científica dos programas de pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo “coleta de dados” da Capes. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos periódicos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção. Esta classificação é realizada pelos comitês de consultores de cada área de

avaliação seguindo critérios previamente definidos pela área e aprovados pelo CTC-ES, que procuram refletir a importância relativa dos diferentes periódicos para uma determinada área (BRASIL e, s.d.).

A estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta. Dessa forma, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, que são os periódicos científicos. A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização, quando são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero. É importante destacar que o mesmo periódico, ao ser classificado em duas ou mais áreas distintas, pode receber diferentes avaliações. Isto não constitui inconsistência, mas expressa o valor atribuído, em cada área, à pertinência do conteúdo veiculado. Portanto, não se pretende definir qualidade de periódicos de forma absoluta. (BRASIL g, s.d.).

É importante ressaltar que apenas os periódicos que tenham recebido produção no ano ou período de classificação serão listados e classificados, portanto, não se trata de uma lista exaustiva de periódicos, mas sim uma lista de periódicos efetivamente utilizados pelos programas de pós-graduação no período em análise. (BRASIL e, s.d.).

Em várias áreas do conhecimento, os livros constituem a principal modalidade de veiculação de produção artística, tecnológica e científica. O CTC-ES, durante reunião realizada em 2009, aprovou o Roteiro para Classificação de Livros, que traz conceitos e definições comuns e sugestão de modelo de ficha de classificação para servir como orientação para as 23 áreas que classificaram livros. As outras áreas de conhecimento, nas quais a produção de conhecimentos quase não se expressa na forma de

livros, mas preferencialmente na forma de artigos em periódicos, não utilizarão o referido roteiro (BRASIL c, s.d.).

Há ainda o Qualis artístico, instrumento que permite a classificação, de acordo com critérios e procedimentos claros e compreensíveis às demais áreas de avaliação, da produção artística dos programas de pós-graduação submetida à Capes, em cada ano do período avaliado, por meio do aplicativo. A área de Artes/Música considera a produção artística como central para o processo de avaliação de seus cursos de mestrado e doutorado. Dois aspectos são norteadores na avaliação dos produtos declarados no sistema pelos programas que valorizam esta modalidade de produção intelectual: o impacto da obra, sua repercussão e abrangência (onde foi apresentada, se ganhou prêmio, se foi selecionada por júri qualificado, se é obra única ou parte de uma série, etc.) e; o grau de vinculação com linha de pesquisa ou projeto de pesquisa do autor. (BRASIL c, s.d.).

A mudança mais recente implementada pela Capes foi a alteração do período de avaliação, que antes era trienal e, em 2016, passou a abranger quatro anos a contar do ano 2014. Logo, a primeira avaliação quadrienal considerou o período 2013-2016, quando a Capes utilizou, pela primeira vez, a Plataforma Sucupira como fonte de dados. Implementada em 2014, esta plataforma on-line coleta informações de desempenho acadêmico fornecidas diretamente pelos programas de pós-graduação. A escolha do nome da plataforma foi uma homenagem ao professor Newton Sucupira, autor do Parecer nº 977 de 1965, conhecido como "Parecer Sucupira", que conceituou, formatou e institucionalizou a pós-graduação brasileira nos moldes como é até os dias de hoje (BRASIL c, s.d.).

A Plataforma Sucupira é uma ferramenta para coletar informações, realizar análises e avaliações e ser a

base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação. Além disso, disponibiliza em tempo real e com transparência as informações, processos e procedimentos da Capes para toda a comunidade acadêmica (BRASIL g, s.d.). O quadro 1, traz os itens a serem preenchidos pelos Programas de Pós-graduação na Plataforma Sucupira.

Item	Subitens
Dados Cadastrais	Dados básicos, endereço do programa, cursos
Proposta	Proposta geral, histórico e contexto do programa, objetivos, currículo, infraestrutura, integração com a graduação, integração com a sociedade/mercado de trabalho, intercâmbios, solidariedade, nucleação e visibilidade, inserção social
Financiadores	Registro das entidades que apoiaram a realização de projetos, trabalhos de conclusão e demais atividades dos cursos, inclusive com bolsas de estudo
Linhas de Pesquisa	Dados gerais, área (s) de concentração
Projetos de Pesquisa	Dados gerais, membros do projeto, financiadores
Disciplinas	Dados básicos, ementa, bibliografia, área (s) de concentração
Turmas	Ano base de oferta, período, disciplina, corpo docente
Docente	Dados pessoais, titulação, vínculo com IES, vínculo com programa, atuação acadêmica, afastamento
Discente	Dados pessoais, institucionais e de orientação
Participante Externo	Dados pessoais, titulação
Trabalho de Conclusão	Título, autoria, resumo, palavras-chave, páginas, área de concentração, linha de pesquisa e projeto de pesquisa, banca examinadora, financiador.
Produção Intelectual	Título e autoria, detalhamento (tipo: artística, bibliográfica ou técnica) e subtipo (música, artigos em periódicos ou apresentação de trabalhos, por exemplo), contexto (área de concentração, linha de pesquisa e projeto de pesquisa).
Produções mais relevantes	Marcar e ordenar as produções consideradas pelo programa como mais relevantes

Quadro1: Campos de preenchimento do Coleta de Dados da Capes

Antes, os dados eram acessados somente pelos coordenadores do programa, por meio do Coleta Capes. Agora, os artigos, os projetos e as notas podem ser acessados pelos alunos e coordenadores. A Plataforma Sucupira permitiu maior participação das pró-reitorias e coordenadores de programas de pós-graduação. O sistema permite ainda o processamento dos dados, corrigindo inconsistências antes mesmo das comissões avaliadoras trabalharem, o que poupa tempo e aumenta a confiabilidade dos dados.

O sistema de avaliação da Capes, continuamente aperfeiçoado, serviu de instrumento para a comunidade universitária em busca de um padrão de excelência acadêmica para os mestrados e doutorados nacionais. Os resultados da avaliação servem de base para a formulação de políticas para a área de pós-graduação, bem como para o dimensionamento das ações de fomento como bolsas de estudo, auxílios e outros apoios financeiros (BRASIL c, s.d.).

4. CONCLUSÃO

É de se supor que o sistema nacional de pós-graduação, após passados quarenta anos desde a institucionalização, já tivesse acomodado as diferenças de áreas tão diversas como as básicas, as tecnológicas e as humanas e refinado parâmetros e critérios condizentes com sua realidade e necessidades. Entre os princípios que norteiam o atual sistema de avaliação são, está a diversidade e a busca pelo aperfeiçoamento contínuo, que deverão ser observados pelos Comitês de área e instâncias superiores. O sistema de pós-graduação é formado por um conjunto de universidades e outras instituições de ensino superior, com propostas e perfis diversos, com autonomia para criar ou fechar cursos, mas

dependentes do financiamento da Capes e do seu *Ranking*, que lhes atribui uma classificação. Cabe a este sistema o atendimento das demandas de formação de professores e pesquisadores, voltados para atividades de ensino e pesquisa e para a necessidade de formar técnicos altamente especializados para os setores público e privado.

A avaliação é uma atividade complexa e seus resultados são utilizados para justificar escolhas e investimentos em instituições, projetos e recursos humanos, assumindo assim um papel fundamental na educação contemporânea. Sua importância, no entanto, não isenta a avaliação de críticas e revisões.

Por fim, antes mesmo de deflagrar as avaliações periódicas, a Capes e os Comitês deveriam traçar o tipo de profissional ou pesquisador que se deseja formar, considerando a diversidade da sociedade do conhecimento e das suas demandas. Somente a interação entre a Capes e a comunidade acadêmica poderão tornar os processos de avaliação justos e coerentes. O aprimoramento deste processo deve ser constante para atender a diversidade de áreas que constituem a pós-graduação brasileira.

Apesar dos esforços destes autores em relatar a história da pós-graduação brasileira e descrever o processo de avaliação dos cursos de mestrado e doutorado de forma imparcial, este estudo apresenta limitações ao tratar do Plano Nacional de Pós-graduação 2011-2020, uma vez que o Plano está em andamento, o que impossibilita uma análise crítica do cumprimento do referido Plano. Sugere-se estudos sobre principais temáticas abordadas no PNPGE 2011-2010, como a multi/interdisciplinaridade e o apoio a outros níveis de ensino, como a educação básica, cuja melhoria poderá refletir nos demais níveis da educação brasileira.

REFERÊNCIAS

BALBACHEVSKY, Elizabeth. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem sucedida. In: BROCK, Colin. SCHWARTZMAN, Simon. *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. v. 1, p. 285-314. ISBN: 9788520917053.

BRASIL a. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Antecedentes: os planos anteriores. In: *Plano Nacional de Pós-graduação – PNPGE 2011-2020* – Brasília, DF: Capes, 2010. v. 1. p. 16-38. ISBN – 978-85-88468-15-3.

BRASIL b. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *História e Missão*. Brasília [s.d]. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em 10 jul 2017.

BRASIL c. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Avaliação*. Brasília [s.d]. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/legislacao/91-conteudo-estatico/avaliacao-capes/6871-caracterizacao-do-sistema-de-avaliacao-da-pos-graduacao>>. Acesso em 10 de jul 2017.

BRASIL d. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Ações e Programas*. Brasília [s.d]. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas>>. Acesso em 10 de jul 2017.

BRASIL e. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Classificação da Produção Intelectual*. Brasília [s.d]. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>>. Acesso em 11 de jul 2017.

BRASIL f. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). *Acesso a Informação*. Disponível em: <<http://cnpq.br/apresentacao-acesso-a-informacao/>> Acesso em: 11 de jul de 2017.

BRASIL g. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *O que é Plataforma Sucupira*. Brasília [s.d]. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira>> Acesso em 11 de jul 2017.

BRASIL h. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *GEOCAPES*. Brasília [s.d]. Disponível em: <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>> Acesso em 11 de jul 2017.

OLIVEIRA, J. F.; FONSECA, M. A pós-graduação brasileira e o seu sistema de avaliação. In: OLIVEIRA, J. F.; CATANI, A. M.; FERREIRA, N. S. C. *Pós-Graduação e avaliação: impactos e perspectivas no Brasil e no cenário internacional*. 1ª edição. Campinas: Mercado de Letras, 2010. Cap 1. p. 15-52. ISBN978-85-7591-147-1.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Biblioteca Central. *Normalização e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos*. 2ª edição. Vitória, ES: EDUFES, 2015. 92p. ISBN: 978-85-7772-274-7.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Biblioteca Central. *Normalização de referências: NBR 6023:2002*. Vitória, ES: EDUFES, 2015. 78p. ISBN: 978-85-7772-275-4.

VOGEL, M. J. M. KOBASHI, N. Y. Avaliação da pós-graduação no Brasil: seus critérios. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16, 2015, João Pessoa-PB. *GT-7 – Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação*. XVI ENANCIB, 2015.

VOGEL, Michely Jabala Mamede. Avaliação da Pós-Graduação Brasileira: análise dos quesitos utilizados pela CAPES e das críticas da comunidade acadêmica. 2015. 184p. Tese (Ciência da Informação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.